

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S

O papel do Brasil na questão do abrigo aos REFUGIADOS



**espaço
democrático**

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

O papel do Brasil na questão dos REFUGIADOS

O mundo convive hoje com mais de 60 milhões de pessoas expulsas de seus países de origem por conflitos e atos de violência. O número é da ONU (Organização das Nações Unidas), que prevê um aumento desse fluxo nos próximos anos, afetando países ricos e emergentes de todos os continentes. Por isso, as nações terão que ir além da compaixão despertada por cenas trágicas na televisão e desenvolver políticas públicas capazes de atender à essa nova demanda, oferecendo condições de subsistência e integração aos refugiados.

Esse foi o quadro traçado pelos participantes do 15º debate da série “Encontros Democráticos”, realizado em outubro de 2015 pela Fundação Espaço Democrático. Para discutir o tema “O Papel do Brasil na Questão do Abrigo aos Refugiados”, foram convidados especialistas como a professora de Direito Internacional Maristela Basso, o sociólogo Marcelo Haydu, o presidente da Câmara de Comércio Brasil-Líbano e diretor de Relações Internacionais do Espaço Democrático, Alfredo Cotait, e o advogado e ex-secretário-adjunto da Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo, Guilherme Mattar.

Participaram também Vinícius Feitosa, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que é a agência da ONU para refugiados, e a ex-vice-prefeita e ex-secretária de Assistência Social de São Paulo, Alda Marco Antonio. O debate foi conduzido pelo cientista político Rubens Figueiredo, colaborador do Espaço Democrático.

Esta edição dos *Cadernos Democráticos* traz o conteúdo integral das opiniões e sugestões colocadas pelos participantes.

Boa leitura.



RUBENS FIGUEIREDO: Estamos iniciando mais um evento da série Encontros Democráticos. Hoje sobre um tema que teve sua dramaticidade mostrada em uma foto recente, publicada por jornais do mundo todo, de um menino sírio morto em uma praia do Mediterrâneo, imagem que chocou o mundo e aumentou a discussão sobre a questão dos refugiados.

O tema do nosso encontro é **o papel do Brasil na questão do abrigo aos refugiados**. Temos aqui a professora Maristela Basso, que é advogada, livre docente em Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e professora na Academia da Organização Mundial de Propriedade Intelectual.

Ao seu lado, Marcelo Haydu, formado em relações internacionais, mestre em Ciências Sociais e doutorando em Saúde Coletiva. Ele é um dos fundadores da ADUS (*Instituto de Reintegração do Refugiado*) e foi

considerado pela revista Veja São Paulo um dos “Paulistanos Nota 10”.

À minha direita, o ex-senador Alfredo Cotait, que é presidente da Câmara de Comércio Brasil-Líbano e foi secretário de Relações Internacionais da cidade de São Paulo na gestão do ex-prefeito Gilberto Kassab.

Participam também:

Guilherme Mattar, advogado, ex-secretário-adjunto e também secretário de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo na gestão Kassab;

Vinícius Feitosa, da ACNUR, o organismo da ONU que trabalha nessa questão dos refugiados;

E a ex-vice-prefeita de São Paulo, Alda Marco Antônio, coordenadora nacional do PSD Mulher.

Peço a cada debatedor que faça um comentário inicial sobre o tema e depois disso faremos uma rodada de debates entre todos os presentes. Começando pela professora Maristela Basso...

MARISTELA BASSO: Esse assunto é muito importante sob a perspectiva do Direito Internacional geral, e atualmente é um assunto do dia a dia de cada um de nós. Não só um assunto dos especialistas em direitos humanos, do Direito Internacional, dos advogados, sobretudo dos mais especializados em questões de direitos humanos. Quem não ficou tocado, quem não ficou sensibilizado pela imagem do menino com o rosto na areia da praia? E quem não fica, todo dia, quando abre os jornais e vê as famílias tentando chegar do outro lado do mar, depois de nadar usando boias que nem sabemos como chegaram ao outro lado, ou como se arriscaram em barcos tão frágeis. Qualquer tentativa de sobrevivência é válida porque ficar onde estão é muito mais arriscado e muito mais triste.

Quem não está a par do que acontece no mundo e não se sente sensibilizado? Não é mais como há 5, 10 ou 30 anos. Hoje é um assunto para qualquer um de nós, de qualquer geração, qualquer nível de conhecimento. Não é necessário ter nenhum grau de instrução mais aprofundado para saber o que significa um refugiado, o que essas pessoas estão procurando quando tentam cruzar uma fronteira.

Eu quero tratar desse tema sob três perspectivas. Primeiro, um pouco da realidade prática, ou seja, não só aqueles dados que nós tiramos do jornal todo dia, mas os da ONU. Estamos falando de quantos refugiados hoje, no mundo? A partir desses dados concretos vamos ver um pouco do que aconteceu da Segunda Guerra Mundial para cá, até 2013, porque a partir do movimento desse contingente de pessoas o Direito Internacional teve que se movimentar e buscar princípios novos, que norteiam a vida dos Estados, dos países, e, por sua vez, a vida dos governantes.

Então, a partir desses dados, vamos ver como o Direito Internacional se comporta, que respostas encontrou e passou aos chefes de Estado. Que respostas os chefes de Estado têm que dar à Humanidade? E de-



pois, dentro desse contexto internacional geral, como o Brasil se comporta. O Brasil tem alguma contribuição a dar ou é um mero interlocutor e não precisa fazer nada?

Vamos aos dados concretos. O que nos chega pelos jornais é muito pouco perto dos dados concretos, da ONU, segundo a qual no final de 2013 havia no mundo mais de 50 milhões de refugiados. Fora aqueles que são difíceis de contabilizar, cujos dados não chegam ao órgão oficial, o ACNUR (*Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados*), por alguma razão. No final de 2013 eram 51,3 milhões. Não estão contabilizados os movimentos de 2014 e 2015. Esses mais de 50 milhões eram seis vezes mais do que havia no ano anterior, 2012. Então, imaginem 2014 e 2015. A tendência é aumentar muito.

Os dados pós-Segunda Guerra são dramáticos. Há um grupo de historiadores extremamente importantes que dizem que os conflitos armados mataram muito mais gente do que os conflitos mundiais até a

“...se um indivíduo morre, não importa se é sírio, turco, judeu, palestino, brasileiro, paraguaio... ele é o indivíduo de uma mesma família, porque a Humanidade é uma única família. Quando morre um sírio, morre um indivíduo da nossa família.”

Segunda Guerra. Há sempre historiadores que contestam esses dados, dizendo que a Primeira e a Segunda Guerras foram muito mais violentas, mas há dados concretos que revelam que muito mais pessoas morreram de lá para cá.

O que nós vemos hoje, no contexto dos refugiados, nada mais é do que resultado de um mundo que ficou mais violento. E vejam que há uma novidade: até a Segunda Guerra a gente conhecia guerra, conflitos armados entre Estados soberanos, entre nações. As nações brigavam umas com as outras. Depois da Segunda Guerra passamos a ter conflitos armados dentro dos Estados, nos quais as pessoas podem morrer pelas razões mais abjetas, simplesmente por estarem do lado errado da rua, por terem a cor de pele não adequada, por pentearem o cabelo de modo contrário à seita que diz que não é daquela forma que se deve pentear o cabelo.

Há guerras que são patrocinadas pelo chefe de Estado de plantão, quando não capitaneadas por ele. Deixaram de ser internacionais para serem patrocinadas por tribos, partidos políticos - um partido que não tomou o poder e é contra aquele que está ocupando.

Pessoas passaram a morrer mesmo sendo irmãs, mesmo sendo de uma mesma nacionalidade. E nós passamos a ser mais violentos do que éramos durante a Primeira e a Segunda Guerras.

Tudo isso fez com que nós passássemos a viver em uma era dos extremos. Deixamos de ter como inimigo o Estado vizinho e passamos a ter o vizinho propriamente dito. O vizinho de tribo, de partido, de seita. O vizinho de porta. E isso fez com que chegássemos a conflitos como este que estamos vendo no Norte da África, no centro da África, no Oriente Médio. E as pessoas levadas a se mover, como vemos especialmente na Síria, em busca da proteção da família, do salvamento da sua própria vida.

Diante desse quadro lastimável, verificamos que há uma quebra do contrato social por parte daquele chefe de Estado que não protege mais seus cidadãos. Há uma ruptura do contrato social e aquele chefe de Estado deixa de ser protetor e passa a ser criminoso.

O Direito Internacional passou a avaliar esse tipo de conduta e a encontrar respostas para isso. E a resposta encontrada, dita de forma muito grosseira, é o chamado “Princípio da Responsabilidade Interna-

cional”. Significa que a Humanidade passou a ser vista como um todo. Ou seja, se um indivíduo morre, não importa se é sírio, turco, judeu, palestino, brasileiro, paraguaio... ele é o indivíduo de uma mesma família, porque a Humanidade é uma única família. Quando morre um sírio, morre um indivíduo da nossa família. E ele morreu porque nós deixamos. De certa forma, fomos cúmplices. Nós permitimos que ele fosse morto, não estávamos lá para protegê-lo, não demos os meios para que ele fosse protegido. Falhamos. Se falhamos e ele foi morto, não podemos falhar na punição. E não podemos falhar na prevenção para que outros não sejam mortos.

A partir dos anos 1970, 1980, consagrou-se o princípio de que a Humanidade é uma só e de que existem dois tipos de crime: de guerra, que acontecem entre nações, e contra a Humanidade, que são esses crimes que acontecem dentro de uma própria nação, quando pessoas morrem em atos patrocinados ou aos olhos do próprio chefe de Estado ou de governo. E quando essas pessoas morrem, a responsabilidade é internacional, é de todos. Se pessoas estão morrendo na Síria, na Palestina, na África do Sul, Eritreia, na Somália, de fome ou por conflitos armados, é da responsabilidade de todos os chefes de Estado. Se elas estão se refugiando da Síria para a Alemanha, para a Turquia, para o Líbano, é da responsabilidade de todos, ainda que cruzem a fronteira mais próxima. É o princípio da responsabilidade internacional. E todos os chefes de Estado, onde quer que estejam, têm que ser responsabilizados, têm que sair em defesa daquelas pessoas.

Esses são princípios de ordem pública internacional, não precisam estar escritos em nenhum tratado internacional. Porque eles decorrem daquilo que se chama em Direito Internacional de “princípio perceptivo”. Os Estados devem ter boa fé, devem se responsabilizar pelas pessoas onde quer que elas estejam.

Então, o Estado olha para dentro dele mesmo e cuida das suas pessoas; olha para fora e cuida das outras pessoas, onde quer que elas estejam. O Estado tem uma agenda para as suas pessoas internas e tem uma agenda para as pessoas que estão fora.

Evidentemente esses são temas novos e os chefes de Estado, os candidatos, têm tantos problemas internos que muitas vezes suas agendas não têm espaço para defenderem também os temas externos. Mas talvez tenham que abrir umas rubricas para ter os seus temas externos, porque disso vai depender o voto. Eles não podem olhar só para o interesse interno, tem que olhar para o que acontece no plano externo, para o grau de humanidade como um todo.

O que eu quero dizer é que, se o meu chefe de Estado não olhar para o que se passa no plano externo, significa que descumpra os princípios internacionais, não cumpre o Direito Internacional, rompe o contrato social. Porque o contrato social que ele firmou comigo não serve só a princípios baseados no Direito interno.

Trazendo a questão para o Brasil, evidentemente que a nossa agenda interna é pautada de programas importantes e os nossos governantes ou candidatos a governantes talvez não tenham tido tempo ainda para prestar atenção nessas questões. Estamos tão longe do epicentro dos problemas principais e nossos problemas econômicos e políticos internos são tão graves que talvez o nosso conceito de humanidade não tenha chegado ao que está consolidado no plano internacional. Mas isso é só uma questão de tempo.

O Brasil é um país que tem recursos enormes para poder abrigar esses novos princípios. É um país de tradição humanitária impressionante, um país cujo Exército tem forte vocação humanitária. Hoje o Exército Brasileiro tem um déficit de aproveitamento. E olhem que eu não servi o Exército, não tenho nenhum parente que tenha servido o Exército, mas conheço por já ter feito alguns trabalhos de caráter

humanitário. Se de hoje para amanhã o Brasil precisar mandar parte do Exército para qualquer missão humanitária, teremos um dos melhores contingentes do mundo. E estejam certos: o país que receber o Exército Brasileiro estará extremamente bem protegido.

Nós temos o melhor pessoal possível para atender, receber, abrigar. Nós temos o melhor para oferecer em cooperação técnica. Temos uma rede de tratados internacionais com países da África que têm estradas pelas quais nós podemos transitar facilmente levando mantimentos, medicamentos. Entre os países emergentes, o Brasil é o que tem melhores condições para ser protagonista.

Temos, sim, obrigação de receber os refugiados. Não é difícil indicar inicialmente um terreno para colocar barracas que a própria ONU ou o empresariado fornece, banheiros, atendimento médico, assessoria para que eles aprendam a língua... ou seja, atendimento emergencial e rápido; depois vêm as necessidades de médio e longo prazos. Não é um atendimento difícil, o que precisa é um pouco de boa vontade. E essa boa vontade eu tenho certeza de que no Brasil não faltará.

Assim como tenho certeza de que o Brasil, se assumisse um protagonismo, talvez fosse importantíssimo para receber esses refugiados num primeiro momento e, depois, no encaminhamento para outros países, sobretudo os desenvolvidos, que receberiam essas pessoas para trabalhar, para ficar talvez definitivamente.

RUBENS FIGUEIREDO: Eu quero registrar uma frase sua, professora, que representa um pouco a mudança do mundo moderno: o inimigo não é mais o país vizinho, é o vizinho. Isso é de uma profundidade muito grande. Marcelo Haydu, por favor.



MARCELO HAYDU: Vou tentar falar da situação do refúgio no Brasil. Eu gostaria, antes, de comentar uma fala da professora. Ela disse que em muitos conflitos, hoje, o inimigo não é mais o externo, passou a ficar próximo. Mas muitos dos conflitos que nós vemos são gerados, em grande medida, por entes externos, que financiam conflitos na África, no mundo árabe, e isso faz com que essas pessoas tenham que migrar.

Vamos pegar o caso da República Democrática do Congo, país que está em conflito há 20 anos. Segundo dados mais confiáveis, cerca de cinco milhões de pessoas foram dizimadas. É o conflito que mais vitimou pessoas depois da Segunda Guerra. E quando a gente ouviu falar sobre o conflito do Congo no Brasil? Não se ouve falar. E muitas dessas pessoas estão vindo para cá, também em busca de refúgio.

E quem financia, em grande medida, o conflito no Congo são as grandes potências. São as multinacionais, transnacionais, que tem interesses em minérios em algumas regiões do país, um deles o Coltan, sem o qual não se faz o telefone celular.

“ **Vamos pegar o caso da República Democrática do Congo, país que está em conflito há 20 anos. Segundo dados mais confiáveis, cerca de cinco milhões de pessoas foram dizimadas. É o conflito que mais vitimou pessoas depois da Segunda Guerra. E quando a gente ouviu falar sobre o conflito do Congo no Brasil? Não se ouve falar. E muitas dessas pessoas estão vindo para cá, também em busca de refúgio.** ”

Então, o governo do país é financiado por entes externos, que por sua vez financia milícias, que são basicamente o exército do próprio país, que por sua vez vai aterrorizar as pessoas que residem nessas áreas de interesse. Há casos de estupro em massa contra mulheres, homens, crianças todos os dias. Tudo para que as pessoas tenham que migrar.

Então, há muito dessa animosidade interna à qual ela se referiu, mas também há a interferência de entes externos, de grandes potências, que financiam os conflitos e fazem com que essas pessoas tenham que migrar. Isso reforça, como a professora disse, o dever internacional que as grandes potências, em especial da Europa, têm de receber essas pessoas. Historicamente, foram esses países que geraram esses fluxos migratórios.

Chegando ao Brasil, a gente tem aqui, hoje, cerca de 8.500 pessoas com status de refugiados. Um número muito pequeno. Mas, se comparado com a amostragem do próprio Brasil, é um número que vem crescendo de alguns anos para cá. Vamos pegar alguns dados. Es-

sas pessoas, quando chegam ao Brasil, não chegam na condição de refugiados, exceto nos casos de reassentados. São pessoas que vem aqui para buscar refúgio, são solicitantes de refúgio.

Em 2010, chegaram ao Brasil cerca de 570 pessoas para solicitar refúgio. No ano passado, mais de 11 mil. Esse ano deve ultrapassar esse número, por conta dos nigerianos, sírios, congolezes... Então, a gente tem um salto exponencial se comparado à nossa própria realidade.

Ainda acolhemos poucas pessoas. Países próximos ao Brasil, como Venezuela e Equador, recebem 20, 30 mil pessoas. Então, o Brasil é um país que tem condição econômica e territorial para receber muito mais gente. E nesse processo, muitos países europeus, da América do Norte, do próprio mundo árabe, estão se fechando. E essas pessoas começam a vir para a América Latina. E o país que mais tem recebido essas pessoas nos últimos anos tem sido o Brasil. E a tendência é que cada vez mais pessoas cheguem.

Temos hoje cerca de 8.500 pessoas já com o status de refugiados e entre 12 mil e 12.500 na condição de solicitantes de refúgio. Pessoal que veio, solicitou e o processo ainda está em tramitação. Entre os refugiados reconhecidos, o maior grupo hoje já é o da Síria, cerca de 2.100 pessoas, seguidos de colombianos, angolanos e congoleses. O Brasil não se notabiliza pela quantidade de refugiados, mas pela diversidade deles. São refugiados de 80 nacionalidades. Em poucos países do mundo se vê isso.

O governo federal tem um papel relevante no sentido de permitir que essas pessoas entrem no território, trabalhando no processo de legalização, mas é preciso que se faça mais. Parte do trabalho realizado, processo de integração local, hoje está nas mãos de organizações não-governamentais, apoiadas ou não pelo governo, seja ele União, Estados ou municípios.

Vou falar um pouco da realidade aqui de São Paulo, da cidade, que é onde se concentra o maior grupo de refugiados e o maior grupo de solicitantes de refúgio do Brasil. Nós temos aqui algumas instituições, principalmente da Igreja Católica, no papel de acolhimento, de dar abrigo a essas pessoas. Todas elas em caráter provisório. Tem aqui a Casa do Imigrante, na Baixada do Glicério, tem o Arsenal da Esperança, que historicamente acolhia moradores de rua e ainda o faz, mas fica aberto a pedidos do ACNUR, vagas de acolhimento de refugiados e solicitantes de refúgio vindos da África, todos homens. Há outros espaços espalhados pela cidade que acolhem também refugiados e solicitantes. O Governo do Estado de São Paulo criou recentemente um espaço chamado Terra Nova; a Prefeitura de São Paulo criou um espaço chamado CRAI (*Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes*), e há o SEFRAS (*Serviço Franciscano de*

Solidariedade), que também é um albergue para refugiados e solicitantes.

Só que esses espaços não acompanham o crescimento cada vez maior de solicitantes de refúgio no Brasil. Tirando o SEFRAS, a Prefeitura e o Terra Nova, todas as outras instituições são vinculadas à Igreja Católica, que tem um papel importante no acolhimento.

São espaços que acolhem essas pessoas por dois, três, cinco meses. As pessoas são acolhidas, tem a moradia, o café da manhã e o jantar. Chegam às 7h, tomam o seu café, saem e tem que ficar na rua até 16h, 17h, que é quando podem voltar para os albergues, tomar um banho, jantar e dormir. Só que muitas dessas pessoas têm crianças pequenas, três, quatro filhos. E se está frio, calor, chuva, sol, a pessoa tem que sair, exceto em alguns casos mais críticos, de enfermos, ou de uma gestante, que pode permanecer dentro desse espaço ao longo do dia.

As pessoas ficam ociosas pelo Centro. Não falam nosso idioma. Então, é importante essa questão das aulas de português, de facilitar a entrada deles no mercado de trabalho. O grosso disso é feito por organizações não-governamentais. A Prefeitura tem feito algumas ações, tentando viabilizar vagas de trabalho, mas vagas geralmente para ocupar postos em que a gente vê uma demanda interna bastante grande, principalmente para limpeza, para trabalhos mais braçais de uma forma geral.

E recebemos gente com uma qualificação incrível. Sírios, por exemplo, além do árabe, quase todos os homens falam inglês também. Tem engenheiros, médicos, enfermeiros, físicos, químicos, gente da área de tecnologia. E não são poucos, é a grande maioria deles. É uma mão de obra que está sendo muito mal utilizada no nosso país.

É uma pena. A gente vê diversos médicos e engenheiros trabalhando como caixa de mercado, em oficina de costura, enfim...

A gente tem tentado, num esforço conjunto com outras instituições, como o ACNUR, facilitar o processo de revalidação de diplomas dessas pessoas. É um processo lento, burocrático, completamente fora da realidade da grande maioria deles.

Dentro do nosso espaço temos trabalhado nesse processo de integração local. Somos um grupo de voluntários. Há cinco anos éramos três pessoas, hoje somos 320. Lá, ninguém ganha um centavo, não temos apoio do governo e nem de ninguém para a realização do nosso trabalho.

Falta, ainda, os governos nas três esferas olharem com um pouco mais de carinho para essa temática, que está virando uma bola de neve. A gente já não dava conta dos 600 que vieram em 2010, não estamos dando conta dos 11 mil que vieram no ano passado. Não vamos dar conta dos 11, 12 mil que vão chegar até o final desse ano. E a tendência é que a cada ano venham mais pessoas para cá.

Eu não vejo nenhuma possibilidade, num curto espaço de tempo, de diminuição desse fluxo migratório. A tendência é a cada ano virem mais pessoas para cá. O país tem que se preparar não só para permitir que eles entrem, mas - uma vez aqui dentro - dar condições mínimas para que essas pessoas possam reconstruir suas vidas de forma digna, e é isso que a gente tem tentado fazer lá a duras penas.

RUBENS FIGUEIREDO: Doutor Alfredo Cotait, presidente da Câmara de Comércio Brasil-Líbano e da comunidade sírio-libanesa. A comunidade tem um trabalho de acolhimento de alguns sírios e a gente gostaria que o senhor contasse um pouco dessa experiência.



ALFREDO COTAIT: Eu gostaria de começar fazendo uma observação à importante fala da professora Maristela. Quando ela diz que falta foco na nossa política exterior, colocando que precisaríamos ter uma agenda e uma política um pouco mais definida. Eu posso dar um testemunho sobre a experiência que tenho vivido no acolhimento dos refugiados que vêm da Síria. Eles não estão buscando assistencialismo. Como foi dito, eles são na maioria das vezes pessoas graduadas, que têm uma profissão, que largaram suas casas... Aqueles que puderam vender a qualquer preço, venderam, quem não pôde largou e fugiu, exatamente porque se ficasse, morreria.

Eu tenho contato com algumas famílias. Conversei e perguntei a um menino se ele estava se adaptando aqui. Ele falou: "É uma maravilha". "Mas como maravilha? Você está aqui ainda tentando se adaptar". "Mas eu não tenho mais o barulho das bombas todos os dias na minha cabeça." Aquela imagem do menino morto na praia acordou muita gente para o problema, mas nós já estávamos trabalhando nisso.

E quem são essas pessoas? São famílias que saem de lá a qualquer custo, vendem, obtêm um pouco de

“ **Mas os sírios precisam de bolsa de estudos para os filhos. Precisam de um emprego decente. E a maioria é de engenheiros, médicos. Gostariam de ter a possibilidade de trabalhar na sua própria profissão. E isso não é possível.** ”

recursos, compram uma passagem aérea, chegam aqui querendo uma oportunidade de se estabelecer no país. Não estão vindo roubar oportunidade de ninguém, não querem assistencialismo, conforme já falei. Eles querem um tempo para poder se adaptar à nossa sociedade.

De que eles precisam? Primeiro, que o governo dê a eles a condição legalizada de residência. Depois, a condição de legalidade de trabalho. E aí entra a comunidade, e eu faço parte da comunidade que está organizada, ajudando com recursos e de outras formas para que essas pessoas possam enfim estar integradas à sociedade. Eles precisam no mínimo de seis meses. Nós ajudamos a pagar um aluguel. Mas os sírios precisam de bolsa de estudos para os filhos. Precisam de um emprego decente. E a maioria é de engenheiros, médicos. Gostariam de ter a possibilidade de trabalhar na sua própria profissão. E isso não é possível.

Então, existe hoje uma necessidade de você diferenciar quem é o refugiado e quem é o imigrante ilegal. Só para lembrar um pouco da nossa história, na Secretaria de Relações Internacionais aqui da Prefeitura, eu me lembro que na época o Governo Federal

regularizou a imigração irregular de vários colombianos, bolivianos, chilenos e vários outros irmãos nossos aqui da América do Sul. Agora, o refugiado é diferente. Nós precisamos ter uma política de Estado que ajude a sociedade a ajudá-los a integrar-se.

Acho que as considerações da professora Maristela, quanto à importância do Brasil ter uma posição clara, uma agenda internacional, é fundamental para ser, como quer, um player na ONU. E o Marcelo coloca bem a questão de que o refugiado precisa não do assistencialismo, mas do apoio da sociedade. E àqueles que querem ajudar os refugiados sírios, as nossas comunidades estão prontas para receber qualquer apoio. E não é apoio financeiro. É quem pode dar uma bolsa de estudos para um sírio. Eles precisam aprender a língua. Eles têm que ser inseridos na sociedade. Portanto, o que nós precisamos ter é uma agenda, uma regra. Como nós devemos agir para poder não só fazer o receptivo, mas ajudar na sua inserção na sociedade?

RUBENS FIGUEIREDO: Guilherme, algum comentário?



GUILHERME MATTAR: Duas observações muito pontuais. Em primeiro lugar, ao que disse a professora Maristela, da responsabilidade internacional dos Estados. Ao Estado que deseja ser protagonista dentro do concerto da comunidade internacional, não basta simplesmente se arvorar de paladino da paz mundial, sem consistência. Existe um conhecimento e um respeito ao Direito Internacional que obviamente trabalhará em favor da articulação e do grau de influência que esse país terá pelo bem da sua vizinhança imediata e transcontinental. Acredito que esse seja um destino, uma vocação inevitável para um país como o Brasil, e nós, como cidadãos, devemos plantar essa consciência na nossa classe política e na sociedade em geral.

“ **... pessoas que fugiram de uma circunstância política há 30 anos e vieram para cá, tiveram descendentes, muitos adquiriram a cidadania brasileira, e resolveram voltar. Muitos voltam para os seus países de origem, mas mantém dentro de si um amor verdadeiro pelo Brasil.** ”

Outra coisa, ouvindo também as observações do Marcelo, que revelam que as ações feitas hoje, com carência de recursos, são praticamente heroicas. É necessário que haja articulação. E nós vimos isso diversas vezes. Não necessariamente refugiados, mas num momento pontual, pessoas que fugiram de uma circunstância política há 30 anos e vieram para cá, tiveram descendentes, muitos adquiriram a cidadania brasileira, e resolveram voltar. Muitos voltam para os seus países de origem, mas mantém dentro de si um amor verdadeiro pelo Brasil. Eles passam a ser binacionais, a empunhar a bandeira brasileira, e isso significa o desenvolvimento do país em termos internacionais.



RUBENS FIGUEIREDO: Vinícius Feitosa, da ACNUR. A palavra é sua.



VINÍCIUS FEITOSA: Eu gostaria de começar minha fala com uma notícia que não é tão boa, complementando um dado da professora. De acordo com o último relatório do ACNUR, o número de refugiados no mundo já passa de 60 milhões. Então, isso equivale a dizer que uma a cada 122 pessoas no mundo foi forçada a sair de sua casa por causa de um conflito, de uma perseguição. E metade dessas pessoas são crianças, que têm necessidade de proteção diferenciada em relação aos adultos.

É importante, também, destacar que a maioria dos refugiados acaba ficando nos países vizinhos ao conflito. Cerca de 86% deles estão nos países em desenvolvimento vizinhos ao conflito. Nós temos mais de 1 milhão e meio de refugiados no Líbano, no Paquistão, na Turquia. É importante que nós consideremos essa realidade que o Brasil vive, inserida num contexto internacional de crise humanitária que nós passamos.

“**É importante também considerar que o Brasil tem um perfil muito variado de refugiados. Gente de mais de 80 nacionalidades, como o Marcelo bem falou, e isso também nos faz ter uma série de desafios em relação à integração.**”

Quando vemos um número de solicitações de refúgio, que vai de 500, em 2010, para 12 mil, em 2014, isso também está inserido num fluxo internacional. Só no ano passado, na Alemanha, por exemplo, foram mais de 200 mil solicitações de refúgio. É claro que comparamos com os extremos, mas é importante percebermos que esta crise, como o Marcelo disse muito bem, infelizmente deve continuar. Essa é a tendência do mundo.

Dentro do Brasil é importante, ainda, ressaltar que a resposta do ponto de vista humanitário tem sido considerada boa. A nova norma, que estende a resolução 17, que é a que concede vistos humanitários para pessoas afetadas em conflitos da Síria, é vista com muito bons olhos pela comunidade internacional. É importante considerar que dentro desse contexto o paradigma mudou.

O Brasil agora é um país que precisa se preocupar também com a integração dessas pessoas que estão

aqui. É necessário que nós articulemos políticas públicas que dizem respeito à integração da população. Aqui em São Paulo, no âmbito municipal e no âmbito estadual, existem comitês que tratam de imigrantes e refugiados, que fazem a articulação de diversos atores dentro das secretarias e do governo para que as políticas públicas sejam refinadas em relação aos refugiados e migrantes.

É importante também considerar que o Brasil tem um perfil muito variado de refugiados. Gente de mais de 80 nacionalidades, como o Marcelo bem falou, e isso também nos faz ter uma série de desafios em relação à integração. Mas, em linhas gerais, o ACNUR tem um mecanismo chamado de “diagnóstico participativo”. Nós fazemos consultas frequentes com a população de refugiados e tivemos em junho um grande diagnóstico, também com representantes do Governo Federal, municipal e estadual (*de São Paulo*), e mais de 50 refugiados participantes. Vamos divulgar agora um relatório, que compila os maiores gargalos, as maiores necessidades e demandas desses refugiados, que como já mencionado aqui anteriormente pelos demais companheiros, são a necessidade de aprender o idioma, o acesso ao mercado formal de trabalho, enfim, em todos os passos da integração é necessário que atentemos a todos esses desafios.

RUBENS FIGUEIREDO: Ficou claro que existe uma articulação frágil entre o Estado e as entidades que cuidam dos refugiados. A pergunta vale para todos da mesa: vocês entendem que é necessária maior presença estatal para cuidar desses casos ou o Estado deve funcionar apenas como articulador, estimulador dessas entidades que já prestam a assistência?

MARCELO HAYDU: Acho que o Estado tem que estar próximo, sim. Não basta permitir que essas pessoas entrem aqui. O que tem sido feito é muito pouco. A gente tem visto alguns avanços de um ano e meio para cá. O Brasil acolhe refugiados, numa quantidade muito pequena, desde o começo dos anos 1990, final dos anos 1980. Então, não é um tema novo, é relativamente bem conhecido.

Uma outra questão que devemos ter em conta: a gente está falando muito de Síria. O problema não é só a Síria, é mundial. A gente tem um grupo maior de sírios aqui, mas há africanos de mais de 30 nacionalidades. Há países na África que estão em conflito há dez, 15, 20 anos. Muito por conta da imagem daquele garoto sírio, as pessoas se comoveram muito, mas aquela imagem reflete a realidade do problema do refúgio em âmbito global, não só dos





Foto: ACNUR/J. Kohler

Jul/2014 - Milhares de refugiados sírios recebem alimentos e água na fronteira com a Jordânia.

sírios. A gente tem que apoiar os refugiados de uma forma geral, não apenas os refugiados sírios.

De um ano e meio para cá foram criados o CRAI, o SEFRAS, os albergues, enfim... é tudo muito recente ainda. O Vinícius falou da criação dos comitês estadual e municipal, mas em âmbito estadual, principalmente, muito pouco se faz. Há muitos encontros, reuniões, debates, fala-se muito, mas de prático muito pouco se faz. O Vinícius falou desse relatório, que é fruto de uma série de articulações, de encontros... mas a gente que lida com isso há dez anos sabe que os problemas

são moradia, falta de espaço para ensino de português, facilitação para que as pessoas se insiram no mercado formal de trabalho, agilidade para que possam ter documentação. E isso é histórico, não é de hoje.

Acho que o governo tem, sim, um papel e um dever legal e moral de não só permitir que eles entrem aqui, mas de dar condições mínimas para que possam se estabelecer. Porque há tanto as pessoas que têm uma qualificação incrível, caso dos sírios, como dos africanos, colombianos, palestinos, afegãos, que tam-

bém têm qualidade muito grande. As políticas têm que ser pensadas para todos eles, independentemente de raça, religião, país de origem, se é homem, mulher. A gente tem que acolher a todos.

A gente ouve muito coisas do tipo "eles estão vindo aqui para roubar os nossos empregos". Isso é comum. Só que recebemos, nos últimos cinco anos, mais de 400 mil europeus que vieram aqui em busca de trabalho. Para ocupar geralmente cargos de alto escalão em grandes empresas.

Essas pessoas estão vindo aqui para ocupar vagas que os brasileiros já não querem mais. E os casos de preconceito geralmente são contra os negros, africanos e haitianos - embora esses não sejam refugiados - e os sírios por conta da maioria deles ser muçulmana. Então, quando o sírio entra, é o homem-bomba que está entrando no país. O terrorista está entrando no meu país. O africano entra, o haitiano entra, é o pobre negro, aquele que está vindo para gerar custo para o nosso país. Muita gente tem uma visão equivocada de que o refugiado é pobre coitado, que vem para ser estorvo, peso para o país.

Nesse sentido, o governo também tem um papel que acho fundamental, de relevância, que é sensibilizar e conscientizar as pessoas. Quem está na linha de frente, quem lida com esse público no dia a dia sabe que principalmente os negros e os muçulmanos sofrem preconceito cotidianamente. Se os negros brasileiros sofrem, imaginem os negros que vêm de fora, principalmente os pobres.

O papel da integração local não pode ficar nas mãos da sociedade civil, que geralmente não tem apoio financeiro do governo. Nós mesmos não temos nenhum apoio. Várias outras instituições dependem muitas vezes da boa vontade da sociedade civil, que se mobiliza, para que essas pessoas tenham condições mínimas para se estabelecer aqui.



RUBENS FIGUEIREDO: Nós temos a tradição de ser um país generoso. As pesquisas feitas na Copa do Mundo mostraram isso. As pessoas que vieram aqui acham que o brasileiro é um povo amigo, gentil. Aí nós temos o mundo real, o Brasil passando por uma crise de aumento de desemprego, desigualdade muito grande - e os problemas que os imigrantes têm são um pouco o problema que o brasileiro tem. O Marcelo tocou numa questão importante que é a da conscientização. Por que ninguém sai defendendo uma política desse tipo? Será que num contexto de dificuldade é possível defender essa tese?

“ Nós temos a tradição de ser um país generoso Aí nós temos o mundo real ... ”

MARISTELA BASSO: Nós temos o problema dos brasileiros, que é grave, e o problema dos refugiados. Não dá para cobrir um santo e descobrir o outro. Temos que levar os dois problemas conjuntamente e tentar superá-los. A nossa casa pode ser pequena, mas se a vizinha que está sendo espancada pelo marido bateu aqui à porta pedindo socorro, nós vamos ter que arrumar um lugar para ela, sim. Não temos como mandá-la embora, é um imperativo ético e moral. O Brasil é um país de recursos enormes e vamos ter que encontrar solução, sim.

Temos que receber o refugiado, e aí são, como eu disse, vários estágios. O primeiro é abrigá-lo, cuidar da sua saúde, alimentá-lo, entreter a ele e suas crianças. Depois temos que adaptá-los. Ensinar a língua, encaminhar ao trabalho e ver se ele vai ficar de fato no Brasil, se é o melhor lugar para o desenvolvimento dele e da sua família ou se vamos mandar para outro país, onde as condições podem ser melhores.

É preciso ter planejamento, uma estrutura mínima de recepção. Isso implica, sim, em um programa de governo. O governo pode trabalhar com a Parceria Público-Privada. As academias que hoje formam estudantes em relações internacionais. O que faz um estudante de relações internacionais? Hoje, no Brasil, muito pouco. É um excelente trabalho para estudantes de Enfermagem, Sociologia, Pedagogia, Antropologia. Vamos colocar essas pessoas para trabalhar, em regime de PPP, com material humano que eu não sei se encontrarão em outro lugar. Esse é um trabalho que podemos desenvolver.

O Estado deve ser o protagonista número 1 da recepção dessas pessoas. Encaminhá-los para o trabalho, não é para qualquer trabalho, aquele que o brasileiro não quer fazer. Essa é uma solução primitiva. Esse sujeito é médico? Vamos tratar de reconhecer o seu diploma, encaminhá-lo para o hospital que esteja

precisando. No Amazonas, Rio Grande do Sul, no Ceará. Precisamos de uma estrutura de recepção eficiente, competente, que tire da pessoa o melhor que ela pode dar. Estamos falando de competência na recepção dessas pessoas.

Outra função do Estado é a externa. Temos capacidade de ajudar a Alemanha e outros países que estão recebendo refugiados. Vejam como eles receberam inicialmente. A Alemanha botou arame farpado nos muros, bateu neles para que entrassem de volta nos trens. Depois se arrependeu. Por quê? Porque errou. Porque não estava preparada para recebê-los. Isso acontece.

Nós temos expertise. Podemos mandar uma equipe técnica para lá para receber essas pessoas. E a Alemanha não precisa mandá-los correndo embora. Vamos recebê-los temporariamente aqui, vamos fazer um campo de recepção, vamos abrigá-los e depois mandá-los para outro lugar - Canadá, Estados Unidos, Noruega. Nós temos condições de fazer uma triagem inicial de recepção, temos pessoal do Exército, nossos antropólogos, sociólogos, enfim... podemos dar assessoria de Estado externa. Temos obrigação de fazer isso e temos recursos, sim. Porque recursos nem sempre são financeiros. O dinheiro é só uma parte, mas não é tudo.

E recursos financeiros a gente encontra também nos organismos internacionais de fomento. Vamos usar FMI, Banco Mundial, conversão da dívida externa em projetos de desenvolvimento... Há recursos para projetos como este. Duvido que um fundo internacional não queira investir capital num projeto administrado com responsabilidade, com protocolos de governança corporativa sólida. Vamos virar a página do passado e partir para projetos públicos que dêem resultados e que sejam transparentes, produtivos. Não vamos ficar pensando em coisas do passado, que não foram produtivas e que não deram resultado.

Acredito que se nós tivermos um projeto bilateral, multilateral, de parceria com países, onde possamos colocar fundos com responsabilidade, com comitês de auditoria, o dinheiro vai aparecer e vamos poder dar encaminhamento a essas pessoas. Não encaminhamento de miserabilidade, o trabalho de empregada doméstica. Isso não é possível. Se o sujeito é médico, duvido que um Hospital Albert Einstein, um Sírio-Libanês não queira receber. Em seis meses ele está falando a língua, se vira.

Temos que dar condições a essas pessoas de se inserirem, tirando delas o melhor que podem. O chefe de Estado não pode pensar em tudo, alguém tem que pensar por ele, tem que levar um plano, botar num papel.

RUBENS FIGUEIREDO: Doutor Alfredo Cotait...

ALFREDO COTAIT: É evidente que o Estado é o protagonista número um. Tem que estar presente e nós temos que ter uma política de Estado para os refugiados. Concordo com a professora Maristela quando ela diz que nós temos ações internas e externas. Ela mencionou nossas Forças Armadas. São altamente aparelhadas para este trabalho no exterior.

Mas eu acho que o mais importante é que a gente tenha, como Fundação ligada ao PSD, a nossa pauta para o partido, uma sugestão de projeto ou de programa para o caso específico dos refugiados. Temos que ter um manual, a forma de como recebê-los, de como tratá-los, entender que são refugiados, não são imigrantes ilegais. Temos que dar a eles condições para

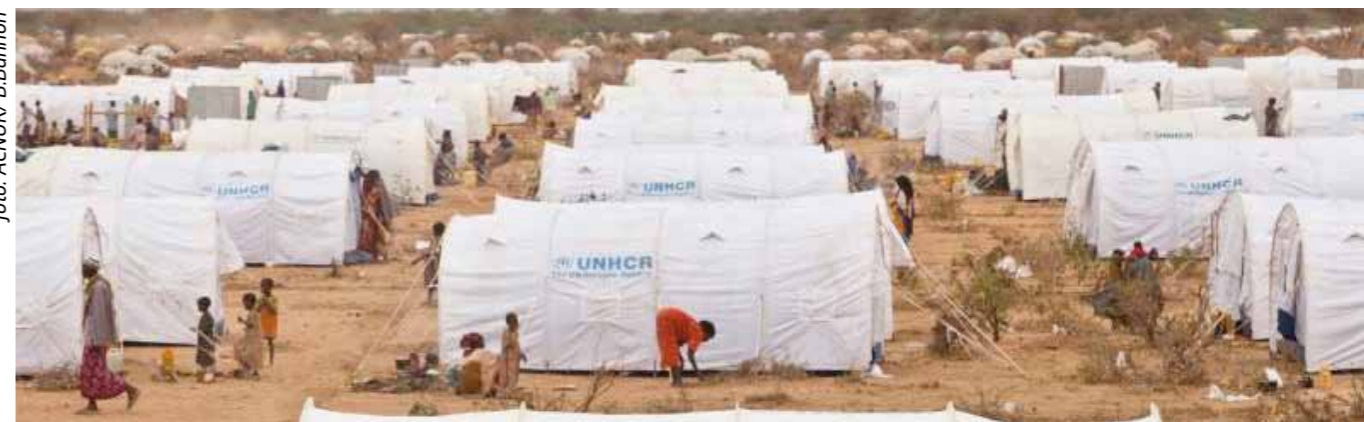
se integrarem na sociedade. Tenho certeza de que, depois que essas pessoas conseguirem sua adaptação, haverá retorno. Eu defendo que a Fundação crie uma comissão para elaborar essa proposta, com a participação de especialistas da qualidade da professora Maristela e do professor Marcelo. Como protagonistas da política nacional, somos também responsáveis por tentar resolver esse problema dos refugiados. Vamos somar, vamos ajudar o país a resolvê-lo.

RUBENS FIGUEIREDO: Guilherme Mattar, é sua vez...

GUILHERME MATTAR: Rememorando a nossa passagem pelo setor público na Prefeitura de São Paulo, num momento em que a perspectiva internacional do Brasil era altamente positiva, nós já fazíamos uma autocrítica sobre a falta de uma política de aproveitamento de certos valores. Havia gente muito bem qualificada, de diversas partes do mundo, que estava pronta a viver uma experiência de estudo e trabalho no Brasil. Foi a época em que o então prefeito Kassab fez o convênio com a Universidade de São Paulo para abrigar os estudantes de intercâmbio nos prédios aqui do Centro da cidade.

E a riqueza que isso traz para o nosso mercado de trabalho é grande! Nós ouvimos a questão da xenofobia e do preconceito pela cor da pele, religião. Valores distantes ao Brasil porque o país surgiu exatamente dessa miscigenação, desde o seu princípio. O Brasil é um exemplo não só de convivência, mas de harmo-

foto: ACNUR/ B.Bannon



nia perfeita. O encontro das pessoas tirando o melhor disso.

Nós ainda somos um país emergente, que não está exaurido na sua expansão. Então, em vez de essas pessoas virem para cá para receber um apoio à sua sobrevivência do tipo Bolsa Família, que venham deixar a sua contribuição fazendo ciência, ajudando a puxar a qualidade da nossa educação para cima.

ALFREDO COTAIT: O professor Vinícius comentou sobre os refugiados do Líbano. Eu tenho uma interação muito grande com o Líbano e quero dar uma informação. É um país de 3 milhões e meio de habitantes que recebeu mais de 1 milhão de refugiados sírios. E aí eu coloco: qual é a política de Estado de um país como o Líbano, que tem 3 milhões e meio de habitantes, e recebe mais de 1 milhão de refugiados?

Esses refugiados têm dois caminhos: ou vão ficar à margem da economia libanesa, porque ela não consegue absorver isso no seu mercado de trabalho, ou voltarão caso os conflitos cessem.

Para vocês verem a complexidade, eles preferem se manter por ali à margem da economia e da sociedade libanesa, aguardando o fim do conflito, porque se for possível querem voltar. Agora, se não tiverem oportunidade de voltar, esse 1 milhão não tem como se estabelecer no Líbano e vem cada vez mais aumentar os contingentes de refugiados que vem do Oriente Médio para Europa e América do Sul.

Portanto, não basta aos países ter uma política interna para os refugiados. A ONU precisa ter, os organismos internacionais precisam ter políticas para resolver os problemas dos refugiados onde eles estão estabelecidos. O Brasil deveria estar como protagonista nesta discussão.

VINÍCIUS FEITOSA: Acho que uma afirmação do

Brasil diante do reassentamento, ou seja, trazer refugiados que estão em campos de refúgio, seria uma resposta política também interessante. O Brasil tem o compromisso não apenas por ser signatário da convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, mas por uma lei interna que diz respeito aos refugiados.

E também temos, em nível regional, diversos mecanismos, como a Declaração de Cartagena, da qual o Brasil é signatário, e no ano passado Cartagena +30, que foi um processo que reafirmou os princípios da Declaração de Cartagena. Aqui no Brasil, então, existe no marco normativo a criação do plano de ação do Brasil, que define mecanismos claros de implementação de como vamos proteger e integrar os refugiados na América Latina. Esse foi um documento elaborado no Brasil no ano passado.

Pelo espírito de Cartagena, o Estado brasileiro é o principal ator em relação à proteção e integração dos refugiados que estão aqui no território. É importante que pensemos nisso até para reformular ou reivindicar essa necessidade diante do comitê nacional de refugiados, para a criação de um plano nacional de integração, que articule essas políticas nos três níveis, nas três esferas do governo. Isso é muito importante.

ALFREDO COTAIT: Concordo com o professor Vinícius. Não podemos esquecer que nós todos somos imigrantes. De alguma forma nossos antepassados para aqui vieram e encontraram as oportunidades e as condições para desenvolver as nossas famílias. Hoje somos brasileiros, evidente, mas nós temos sempre uma história no passado que nos leva a ter esses braços abertos, que é a nossa tradição.

RUBENS FIGUEIREDO: Agora a palavra está com a doutora Alda Marco Antonio.

“...na administração do Gilberto Kassab, metade dos 60 albergues da cidade de São Paulo foram adaptados e reformados para atender o dia todo. Então, é uma surpresa saber que os refugiados são recebidos e são obrigados a perambular pela rua durante o dia. É uma vergonha.”



ALDA MARCO ANTONIO: Quero comentar a fala da professora Maristela. Cheia de emoção, de verdade, de sentimento feminino. É isso que a gente precisa, acordar para essa questão. As pessoas que estão vindo estão fugindo da fome, da morte, do estupro. Tem lugar em que a arma de guerra é o estupro. E o Brasil, de fato, é despreparado. A gente ouviu aqui que as pessoas que são abrigadas em albergues são obrigadas a sair às 7h. Olha, eu fui secretária de Assistência Social nesta cidade em 1999 e 2000 e a gente começou a combater isso naquela época. E na administração do Gilberto Kassab, metade dos 60

albergues da cidade de São Paulo foram adaptados e reformados para atender o dia todo. Então, é uma surpresa saber que os refugiados são recebidos e são obrigados a perambular pela rua durante o dia. É uma vergonha.

E vou dar um depoimento de quem passou por várias responsabilidades públicas. Uma grande dificuldade que os administradores públicos têm é que não existe nem o item no orçamento para atender essa área. Eu tinha essa dificuldade. Muitas vezes tive que receber pessoas com essas características, imigrantes que estavam fugindo às vezes até da economia



Foto: ACNUR / A. McConnell

Um jovem refugiado sírio leva seu irmão através da fronteira entre a Grécia e a Macedônia, em junho de 2015

do país, nem era guerra, mas era guerra econômica. E a gente não tinha um orçamento adequado para fazer aquele gasto. Olha que atraso!

Então, acho que nesta comissão proposta pelo Alfredo temos que propor soluções para problemas desse tipo e focar na atuação dos nossos deputados e senadores. A Fundação tem que criar uma proposta e enviar aos nossos deputados e senadores, para que a defendam.

E vai ajudar muito, porque a pessoa que tem hoje responsabilidade pública está sujeita a uma das coisas mais difíceis: a Lei de Responsabilidade Fiscal. Um gestor público precisa licitar e às vezes não pode, tem coisas mais urgentes... E às vezes não tem sequer o item no orçamento para poder gastar nesta situação.

Como se vê, nós temos um trabalho gigantesco pela frente.

RUBENS FIGUEIREDO: Obrigado a todos e até a próxima.

<p>Presidente - Guilherme Afif</p> <p>1º Vice-presidente - Vilmar Rocha</p> <p>2º Vice-presidente Diretor de Relações Internacionais - Alfredo Cotait</p> <p>Secretária - Alda Marco Antonio</p> <p>Diretor Superintendente - João Francisco Aprá</p>	<p>Conselho Superior de Orientação Presidente - Gilberto Kassab Guilherme Afif Henrique Meirelles Omar Aziz Raimundo Colombo Otto Alencar Claudio Lembo Ricardo Patah Vilmar Rocha Guilherme Campos Eduardo Sciarra</p>
<p>Coordenadores dos Conselhos Temáticos Política Econômica - Henrique Meirelles Emprego e Trabalho - Ricardo Patah Gestão Pública e Transparência - Rubens Chammas Pacto Federativo e Tributação - Samuel Hanan Previdência - Reinhold Stephanes Educação - Alexandre Schneider Saúde - Eleuses Paiva Infraestrutura, Transportes e Energia - Eduardo Sciarra Desenvolvimento Urbano - Paulo Simão Desenvolvimento Rural - Cesário Ramalho Meio Ambiente e Sustentabilidade - Marcelo Cardinale Branco Cultura - Danilo Miranda Esportes - Antonio Moreno Neto Turismo - Marcelo Rehder Indústria, Tecnologia e Inovação - Ozires Silva Inteligência e Mídias Digitais - Aleksandar Mandic Justiça - Arnaldo Malheiros Filho Segurança Pública - Túlio Kahn Desenvolvimento e Inclusão Social - Alda Marco Antonio Participação e Cidadania - Ivani Boscolo Política Externa e Comércio Exterior - Embaixador José Botafogo Gonçalves Defesa Nacional - Gen. Antônio Luiz da Costa Burgos</p>	<p>Conselho Consultivo Acre - Sérgio Petecão Alagoas - Jorge Silvio Luengo Galvão Amapá - Eider Pena Amazonas - Omar Aziz Bahia - Otto Alencar Ceará - Patrícia Pequeno G.C. Aguiar Distrito Federal - Rogério Rosso Espírito Santo - José Carlos Fonseca Junior Goiás - Vilmar Rocha Maranhão - Claudio Trinchão Mato Grosso - Carlos Fávoro Mato Grosso do Sul - Antônio Cesar Lacerda Alves Minas Gerais - Diego Andrade Pará - Helenilson Pontes Paraíba - Rômulo Gouveia Paraná - Eduardo Sciarra Pernambuco - André de Paula Piauí - Júlio Cesar Rio de Janeiro - Indio da Costa Rio Grande do Norte - Robinson Faria Rio Grande do Sul - José Paulo Dornelles Cairoli Rondônia - Moreira Mendes Roraima - Rodrigo Jucá Santa Catarina - Antônio Ceron São Paulo - Alfredo Cotait Neto Sergipe - Jeferson Andrade Tocantins - Irajá Abreu</p>

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2015/2016 - Nº 15

ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br

PSD - Site Nacional: www.psd.org.br

Coordenação - Scriptum Comunicação

Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas

Twitter Nacional: @psd_55

Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)

Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD)

Facebook Nacional: [psd.br](https://www.facebook.com/psd.br)

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS



www.espacodemocratico.org.br